

A esquerda do PMDB vai dizer o que pensa a Sarney

O presidente José Sarney recebe hoje, num almoço no Palácio do Jaburu, os deputados Francisco Pinto (BA), Ayrton Soares (SP), Miguel Arraes (PE), João Gilberto (RS) e Alencar Furtado (PR), da esquerda independente do PMDB, que lhe entregarão um documento que propõe uma série de medidas na área econômica, como a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa e o congelamento de preços e salários.

"A Nova República não é um exercício de retórica ou uma abstração e por isso não se pode expressar por um governo morno e rotineiro, obediente às regras ditas pelo regime anterior" — afirma o documento a ser entregue ao presidente, defendendo uma atuação governamental voltada para os interesses populares. Seus autores registram a grande distância entre as diretrizes do governo Sarney e o programa do PMDB e querem restabelecer o diálogo com as entidades de classe e representantes de categorias profissionais, a seu ver rompido desde a eleição da chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral.

Segundo explicou o deputado Ayrton Soares, ex-líder do PT e vinculado à esquerda independente, "nós queremos um regime de transição comprometido com as mudanças. Temos de reforçar junto ao governo as posições mais progressistas, como a necessidade de reforma agrária, fiscal, tributária e universitária e depois procurar os setores da sociedade para que reforcem junto ao presidente a força dessas idéias."

O documento faz uma avaliação política dos últimos anos, enfatizando que foram a luta do PMDB e a organização popular que provocaram o desgaste do regime anterior e levaram ao esfacelamento do PDS, possibilitando a vitória da Aliança Democrática. Ele indica que os liberais só se integraram à luta quando a vitória já estava assegurada e lembra o governo dos compromissos com as mudanças na sociedade.

Depois de lembrar os avanços já registrados na área política nos primeiros 90 dias de Nova República, o documento da esquerda independente diz que a dívida interna e a dívida externa são o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional e propõe mudanças no sistema financeiro nacional, a fim de acabar com as especulações. Ele sugere ainda mudança no método de combate à inflação, defendendo um acordo nacional entre representantes das classes produtoras e trabalhadores, intelectuais e outros, sob a coordenação do Estado.

Esse acordo para combater a inflação, segundo os deputados esquerdistas, deve prever o congelamento dos preços de alimentos, vestuário e medicamentos, dos aluguéis e das prestações do BNH e ainda das taxas e tarifas dos serviços públicos, além dos salários pagos pela iniciativa privada e pelas empresas estatais, com um compromisso de reposição gradual do poder de compra dos salários.

Na área da dívida externa, a esquerda independente propõe que sejam sustadas as remessas de lucros, royalties e juros para o Exterior. Defende a suspensão do pagamento de juros e amortizações, "até que se apure a legitimidade desses débitos, checando a existência de recebimento de comissões indevidas, abusos nas taxas de juros e irregularidades nos contratos".

O trabalho dos deputados progressistas lembra que, entre 1970 e 85 o Brasil pagou cerca de 144 bilhões de dólares ao Exterior, dos quais 73 bilhões referentes a amortizações do principal e 71 bilhões de dólares em juros.

Na área política, eles defendem a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e pedem que, antes, o governo e a Aliança Democrática revoguem a atual Lei de Segurança Nacional, promovam uma nova anistia e estabeleçam uma legislação para controlar os abusos do poder econômico nas eleições e as contas financeiras dos partidos.

Sérgio Chacon

Jornal do Brasil

21.6.85